

# VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

n.º 124 - Maio de 1976 - Crs 1,00

## O binômio "desenvolvimento e segurança,"

A oligarquia financeira nacional e internacional, os monopolistas, estão intranquilos com a situação geral de sua ditadura aberta e terrorista. Os anos e anos de exploração máxima de nosso povo (anos de «milagre»), calçados no terror fascista, em bárbaros e hediondos crimes, elevaram a níveis incríveis a dependência do país, a pauperização material e moral dos trabalhadores e desembocaram, como era inevitável, numa grave crise econômica e numa profunda crise social. Mas, sobretudo, estão preocupados com o fortalecimento e avanço do movimento patriótico e antifascista, com o desenvolvimento da luta de classes, apesar de todas as manobras «distensionistas» de Geisel, de todo o terror, da repressão e ameaças generalizadas que a ditadura tem desencadeado.

Por isto mesmo, durante os acontecimentos políticos de meados de abril, a Federação das Indústrias de São Paulo e a Federação do Comércio exigiram da ditadura medidas prontas e eficazes contra a oposição, em defesa do fascismo e da «ordem revolucionária».

Para informar a ambas das providências adotadas (cassações de mandatos, etc.) e dos planos futuros (mantidos em segredo), para prestar-lhes contas, o general Dilermando Gomes Monteiro fez um giro.

Na Federação do Comércio, no dia 13 de abril, o general Dilermando conversou com sua diretoria «sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra» (é já uma tradição, além do mais, esse «acêrto» entre os novos comandantes do II Exército e o alto patronato em São Paulo). Depois, falou à imprensa, proibida de assistir à reunião (numa conversa de comerciantes, o segredo é sempre mantido).

Segundo o general, se discutiu sobre a «integração das Forças Armadas com as classes produtoras, sobre o papel das Forças Armadas na ocupação dos vazios do território nacional e sobre o que as Forças Armadas fazem pelo desenvolvimento da tecnologia nacional. O primeiro tema,

ainda conforme o general, ocupou maior tempo.

«Nós trabalhamos para produzir a Segurança. E as classes produtoras trabalham para produzir os bens que o país necessita (era, realmente, uma reunião de produtores...). Como Segurança e Desenvolvimento estão em constante relação uma com a outra (eis aí uma das razões da reunião, do «acêrto»), toda produção das classes produtoras é acompanhada de uma maior produção de segurança. É nós, militares, trabalhamos para que essas classes possam ter assegurada tranquilidade para trabalhar».

Nada poderia ser mais explícito: o binômio «desenvolvimento e segurança» é uma relação íntima, uma integração, en-

*continua na pg. 8*

### DECLARAÇÃO DA FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL SOBRE A SITUAÇÃO NO BRASIL

O «Bureau» da FSM, reunido em Tatranska Lomnica nos dias 21 e 22 de abril de 1976, protesta energicamente contra a brutal repressão que a ditadura militar fascista, encabeçada pelo General Geisel, exerce no Brasil contra os trabalhadores e o povo que combatem pela conquista da liberdade e do respeito dos direitos humanos;

exige a libertação imediata do líder sindical Osvaldo Pacheco e de seus companheiros presos, assim como de todos os presos políticos e sindicais e a cessação imediata das perseguições, torturas e assassinatos;

denuncia a corrida armamentista empreendida pela ditadura brasileira sob a égide do Pentágono, o que constitui uma séria ameaça para os povos latino americanos, representa um obstáculo ao processo de distensão internacional e constitui perigo para a paz mundial.

O «Bureau» da FSM expressa sua completa solidariedade com a luta dos trabalhadores e do povo brasileiro contra a ditadura militar pela liberdade e pelos direitos sindicais e democráticos.

*Tatranska Lomnica,  
22 de abril de 1976*

- A malograda viagem do gorila Geisel**
- Resolução de organização do Comitê Central do partido Comunista Brasileiro**
- Questões sobre o capitalismo monopolista de estado no Brasil**
- Por uma frente patriótica e antifascista**

# A malograda viagem

A recente viagem do atual general de plantão na ditadura que se instalou no Brasil desde 1964, Ernesto Geisel, à França e à Inglaterra, esteve presente por vários dias no noticiário da grande imprensa europeia. Foi, contudo, nos jornais brasileiros que esse acontecimento teve a máxima divulgação e, como não podia deixar de ser, à base de uma informação completamente tendenciosa e demagógica. É justo, porém, observar que apesar do estreito controle desta imprensa pela ditadura fascista, através da censura e da auto-censura, ela conseguiu divulgar alguns aspectos da maneira como as forças mais representativas dos povos da França e da Inglaterra manifestaram seu repúdio a tão indesejável visita.

Os órgãos da imprensa brasileira, já bem antes das viagens do ditador aos dois países europeus, realçavam as razões que haviam determinado essa decisão, procurando sempre, porém, distorcer e escamotear da opinião pública brasileira os verdadeiros motivos dessa excursão. O mesmo aconteceu após a realização das duas viagens, quando essa mesma imprensa procurou ocultar ou pelo menos minimizar os decepcionantes resultados obtidos e, principalmente, a onda de protestos e manifestações de repúdio que tiveram lugar tanto na França como na Inglaterra por parte não só das grandes massas populares como igualmente de numerosas personalidades e organizações democráticas.

A retumbante e falaciosa propaganda desencadeada pela ditadura brasileira apresentando este país como a «super-potência emergente», «do melhor futebol e carnaval do mundo», o «eldorado do século vinte» e muitas outras boboseiras de idêntico jargão, já não sensibiliza nem mesmo os mais incautos cidadãos europeus.

A realidade é que o tão propalado «milagre brasileiro» que nos primeiros anos da presente década possibilitou à ditadura apresentar no balanço de sua economia um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 10 por cento ao ano, em média, já nos anos de 1974 e 75 baixou a uma taxa anual que corresponde, aproximadamente, ao crescimento vegetativo da população. Quadro que prossegue se agravando nos últimos meses.

É necessário constatar que esse curto período de «vacas gordas» para a economia do país sob a ditadura, só foi possível realizar-se a base de sua completa entrega aos poderosos monopolistas multinacionais e de um desenfreado endividamento externo que agravou sensivelmente a dependência econômica, política e militar ao imperialismo, sobretudo, o norte-americano.

Essa brutal investida do capital estrangeiro no país foi, por sua vez, estimulada pela política de violenta contenção salarial, de liquidação das liberdades e da autono-

mia do movimento sindical, do direito de qualquer manifestação reivindicativa dos trabalhadores brasileiros, sendo a greve considerada um crime.

Tal situação, que é apenas um quadro parcial da ditadura fascista que instalou nessa nação o mais desumano e arbitrário regime que um povo pode sofrer, foi que possibilitou esse curto período de precária estabilidade econômica, o propalado «milagre», que só beneficiou, porém, aos poderosos grupos monopolistas estrangeiros e à pequena parcela da população constituída pela oligarquia interna dominante.

Com uma dívida externa de cerca de 25 bilhões de dólares e sob uma inflação crônica que mesmo durante o período do «milagre» permaneceu em torno de 30 por cento ao ano, mas que a partir de 1974 vem se aproximando, num processo «galopante» da casa dos 50 por cento, a economia do país vem se apresentando com aspectos calamitosos.

Este quadro determinou que nos últimos tempos os grandes credores estrangeiros passassem a se preocupar com a situação de ameaça de insolvência em que se encontra o atual governo brasileiro. Perspectiva que determinou por sua vez séria restrição à concessão de novos créditos e financiamentos por parte dos investidores externos. Fato este que levou a ditadura a ter que mendigar em outras fontes os recursos necessários para conseguir, pelo menos, enfrentar o pagamento dos juros e amortização dos compromissos assumidos até o presente no exterior, cujo crescimento se desenvolve de tal maneira que já começa a impor o recurso a uma desmoralizada moratória.

Eis as razões porque o ditador brasileiro viu-se na contingência de procurar nos países europeus os recursos que os banqueiros e as multinacionais norte-americanas já não estão dispostos a fornecer, mesmo porque, estes já se apoderaram, praticamente, das principais fontes de produção e de recursos da nação brasileira.

A princípio, o gorila Geisel pretendia incluir em suas viagens ao exterior o Japão e a Itália, posteriormente, porém, foi excluída essa possibilidade. O Japão que anteriormente havia se proposto a realizar vários empreendimentos vultosos no Brasil decidiu ultimamente renunciar aos mesmos, tendo em vista a crítica situação em que se encontra a economia deste país.

Por sua vez, a Itália, mergulhada como se encontra em grave crise econômica, política e social, não apresenta condições favoráveis a se empenhar na realização de maiores empreendimentos.

Sobrevam a França e a Inglaterra que, se bem, principalmente esta última, não se encontrem em situação econômica e financeira favoráveis são, no entanto, as únicas que poderiam ser tentadas a investir capitais na instável economia brasileira.

Havia, porém, outro aspecto de não

## «Atualmente, numerosos testemunhos irrefutáveis atestam que o governo do Sr. Geisel continua

menor importância para a ditadura brasileira empreender esta viagem a estas duas nações europeias. Tratava-se de procurar atenuar o quadro de desmoralização política que, cada vez mais, tornava-se claro para as demais nações, a situação decorrente do criminoso regime fascista imposto ao Brasil pela atual ditadura militar após o tenebroso golpe de 1964.

Situação que determina por sua vez as crescentes manifestações de repulsa dos povos livres e democráticos contra os atos de terror e os sem número de atentados aos mais elementares direitos humanos perpetrados continuamente por esse regime que subiu ao poder há doze anos, particularmente, os realizados pelo atual ditador Geisel.

No entanto, o que se verificou no decorrer dessas visitas, apesar de toda a bombástica propaganda ao contrário, foi que, no terreno da economia com a ida de Geisel e sua numerosa comitiva à Europa, os resultados alcançados foram bastante limitados pois, como os próprios jornais brasileiros informam, aconteceram sérios desentendimentos e mesmo violentos atritos entre os próprios componentes da comitiva que acessorava o ditador, de modo que, a maioria das propostas e contrapropostas apresentadas nas negociações entre as partes ficaram relegadas a posteriores entendimentos.

Eis o que noticiando essas negociações, deixam transparecer os jornais brasileiros. Assim é que sob o título: O passeio da desarmônia», comenta o «Estado de São Paulo» em seu editorial de 30/4/1976: «Assim foi com a comitiva ministerial que o presidente Geisel levou na visita à França, que abriu, para perplexidade dos parceiros franceses e decepção do escalão avançado de nossa política externa, a bagagem de contradições que é parte do lado memos favorável do perfil do Governo Geisel. Foi preciso que o chefe de Estado impusesse mais determinação às negociações do lado brasileiro, para que se pudessem mencionar, na nota conjunta que encerrou a viagem, alguns setores básicos da cooperação bilateral».

Ainda no dia 2-5-1976 o editorial do mesmo jornal dizia: «Logo no início, insistiu a delegação brasileira em ressaltar que a visita do presidente Geisel a Paris revestia caráter eminentemente político, não se destinando a firmar acordos de ordem econômica. Essa insistência levou o presidente Giscard d'Estaing a realçar a

# m do gorila Geisel

**sendo responsável pelos piores atentados aos direitos mais elementares da pessoa humana».**

necessidade de conferir um substrato econômico às relações entre os dois países». ...«Quanto aos contratos já firmados, nota-se que, salvo os relativos a assistência técnica, são eles, precisamente, os que menor interesse apresentam para o nosso país».

Deve-se assinalar, no entanto, que após o regresso a essas duas viagens a propaganda oficial dirigida da ditadura passou a exaltar ao máximo os «formidáveis êxitos» econômicos e financeiros obtidos nos entendimentos havidos.

Foi, porém, no aspecto político que verificou-se o mais rotundo fracasso da tentativa, empreendida pelo gorila Geisel e sua numerosa comitiva, de modificar a impressão existente nos povos europeus sobre a brutal e desumana situação a que foi reduzida a grande nação brasileira nestes 12 anos de ditadura militar terrorista e de traição nacional.

Pelo contrário, o que se constatou foi uma considerável ampliação do real conhecimento dos povos da Europa sobre o nefasto regime fascista a que se encontra submetido o povo brasileiro.

Eis uma pequena mostra de como a imprensa europeia informou e comentou a viagem: «O general Geisel vem a Paris pedir ao governo e às grandes firmas francesas de investirem em seu país a fim de tentar fazê-lo sair da crise econômica na qual o submeteram doze anos de ditadura militar. E, com efeito, atraídos pelo baixíssimo preço da mão de obra brasileira, empresas como a Rhône-Poulenc, Peugeot, Creusot-Loire, etc., ao mesmo tempo que despedem ou ameaçam despedir milhares de trabalhadores franceses, implantam filiais no Brasil. Elas objetivam realizar taxas de lucros elevadas graças à exploração desenfreada da classe operária brasileira». «O Partido Socialista... Pedir ao governo Francês anular o convite feito ao general Geisel» (Do Biro Executivo do Partido Socialista) em Le Monde de 24-4-1976.

«A Associação França-América Latina fez pública a seguinte declaração: «O convite do presidente da República concede uma caução ao governo ditatorial que oprime o povo brasileiro há doze anos. Apesar de algumas declarações anunciando certa liberalização do regime, o general Geisel continua sob a cobertura de sua autoridade absoluta uma repressão e uma violação sistemática dos direitos do homem, onde as prisões arbitrárias, as tortu-

ras e os assassinatos políticos são frequentemente praticados».

Esta declaração de qual copiamos o pequeno trecho acima foi firmada, segundo Le Monde, pelas seguintes organizações: França América Latina, Movimento dos Radicais de Esquerda, Partido Comunista Francês, Partido Socialista Unificado, Frente Progressista, Confederação Francesa do Trabalho, Federação da Educação Nacional, Associação Francesa dos Juristas Democratas Seção Francesa do Movimento Internacional dos Juristas Católicos (CIMADE). Le Monde de 24-4-76).

Os notáveis juristas franceses MM. Cassalis, Domenech, Ricoeur e Mmes. Aurenche, Cornevaux, Dupond-Monod e Petitil entregaram à embaixada brasileira em Paris um documento em que pediam ao governo desse país: «A anistia geral e sem restrições para todos os prisioneiros políticos, banidos e exilados». Firmavam o mesmo mais de cinco mil personalidades. Entre elas: Robert Badinier, Simone de Beauvoir, Jacques de Bollardiere, Juan Bosch, Julio Cortazar, Marguerite Duras, Gabriel Garcia Marquez, Jean-Luc Godard, Daniel Guerin, Paco Ibañez, Francis Jacob, Alfred Castler, Jean Lacouture, Maxime Le Forestier, Louis Maille, Georges Mentaroni, Marie-Jose Nat, Mgr. Rlobe, Serge Reggiani, Alain Resnais, Jean-Paul Sartre, Laurent Schwartz, Delphine Seyrig, Albert Soboul, Jean-Louis Trintignant, Pierre Vidal-Naquet. (Le Monde de 24-4-76).

Como a alta hierarquia da igreja católica repeliu a visita de Geisel à França é possível fazer-se uma ideia nestes pequenos trechos dos protestos publicados: «Paris - A organização Justiça e Paz, dirigida pelo Arcebispo de Reims: D. Jacques Menager, fez ontem um protesto contra a visita oficial do Presidente Ernesto Geisel à França... Na carta aberta que distribuiu ontem, o Arcebispo Menager afirma que, com seu protesto, a organização queria «demonstrar a sua solidariedade com a igreja brasileira em sua resistência a uma política que abafa a voz dos pobres à fim de favorecer os ricos». (Jornal do Brasil, de 24-4-76).

Ainda em Le Monde de de 24-4-76, aparece publicado extenso documento no qual o cidadão brasileiro, Manuel Conceição Santos, relata detalhadamente as torturas e o terror a que esteve submetido nos cárceres da ditadura fascista brasileira.

Em carta aberta dos dominicanos de l'Arbrésle, França, dirigida ao presidente M. Giscard d'Estaing, na qual, após relatarem as inomináveis torturas a que foi submetido pela polícia brasileira o irmão Tito de Alencar Lima, «Frei Tito», membro daquela comunidade dominicana, e que determinou seu suicídio, afirmam: «Atualmente numerosos testemunhos irrefutáveis atestam que o governo do Sr. Geisel

continua sendo responsável pelos piores atentados aos direitos mais elementares da pessoa humana». «Para nós o apelo evangélico é imperativo: Se os discípulos se calam, então as próprias pedras protestarão».

No «Jornal do Brasil» em seu noticiário de 6-5-1976 apresentam-se os seguintes trechos: «O Arcebispo de Westminster Basil Hume, Primaz católico da Grã-Bretanha, nomeado cardeal no mês passado, apresentou ao Presidente Geisel um protesto pessoal contra a violação dos direitos humanos e liberdades civis no Brasil». «Numa carta entregue à imprensa, Dom Basil, expressou sua «tristeza e inquietação» perante a situação brasileira». Mais adiante, sob o título: «Manifestantes esperam com cartazes a visita de Geisel ao «Premier» Callagan; Londres - «Fim das Torturas», «liberdade para os Sindicatos», «No Welcome for Brasil's dictator» (Nada de boas-vindas ao ditador do Brasil), «Death Squad boss not Welcome» (O chefe do esquadrão da morte não é bem-vindo) diziam cartazes carregados por uns 50 jovens e velhos diante do n. 10 da Downing Street, ontem as 13 horas, à espera da visita que o Presidente Geisel faria ao Premir James Callaghan».

«Tomates contra Geisel» é o título do comentário do jornal italiano «Il Messaggero» de 5-5-1976, no qual se lê: Tomates e outros legumes foram arremecados contra a carruagem dourada a bordo da qual a Rainha Elizabeth e o Presidente do Brasil Ernesto Geisel estavam dirigindo-se da Estação Victoria ao Palácio Buckingham... «O primeiro ministro Callaghan ordenou aos seus ministros absterem-se de fazer declarações ou constatações irrespeituosas que pudessem arruinar a atmosfera da visita. Mas a esquerda trabalhista não esitou em deplorar publicamente o convite a Geisel que acusa de ser «o líder de um regime repressivo e anti-democrático». Cento e dez deputados trabalhistas apresentaram à Câmara dos Comuns uma moção de condenação e esta tarde uma carta de protesto com a assinatura de 50 parlamentares trabalhistas e liberais, inclusive alguns lords, dirigida ao Palácio Buckingham. No Congresso da «União de Mecânica Metalúrgica reunido em Bournemouth o convite», «partido de um governo trabalhista», foi definido como «uma vergonha».

Estas poucas passagens acima apresentadas revelam o imenso sentimento de repulsa que predomina nos povos de todo o mundo contra o fascismo brasileiro, porém, por outro lado indicam a imensa solidariedade das mais amplas e expressivas forças da democracia, da paz e progressistas da humanidade à luta, ampla e sem desfalecimentos que o povo brasileiro trava contra o fascismo, pelas liberdades democráticas e a completa soberania nacional de sua pátria.

# Resolução de organização do CC

1. As questões de organização estão hoje colocadas no centro de nossos debates, consideradas como questões políticas de grande importância.

Vivemos numa situação internacional cuja principal tendência é o avanço geral do movimento revolucionário. No Brasil, o quadro político é marcado pelo crescente descontentamento do povo contra a ditadura militar-fascista.

Diversas forças políticas do país, instituições importantes e personalidades de destaque na vida nacional possuem programas de luta contra a ditadura ou expressam suas opiniões de desacordo com o fascismo. São muitas manifestações, algumas isoladas, outras já se constituindo em ações conjuntas, mas quase todas tendem a convergir, podendo, em determinado estágio, transformar-se em ações coordenadas de uma ampla frente antifascista.

Torna-se, por isso, mais necessária do que nunca, a existência no país de um forte partido comunista. Um partido que tanto por sua estratégia e tática revolucionárias, quanto por sua estrutura orgânica e estilo de trabalho adequado ao momento em que vivemos, seja capaz de unir as mais amplas massas que se opõem à ditadura. E, em primeiro lugar, a classe operária. Um partido capaz de orientar a luta contra o fascismo até a sua derrota final, e, simultaneamente, conquistar um regime de amplas liberdades democráticas. E, abrindo assim, o caminho à realização das tarefas relativas à etapa atual da revolução brasileira — passo importante no caminho do socialismo.

2. No momento exato em que surge tal exigência, nosso partido, o PCB, encontra-se profundamente golpeado pelo inimigo, não obstante a vitória obtida nas eleições de novembro de 1974.

Os golpes vibrados contra o partido são explicados, em grande medida, pelo ódio da ditadura pelo papel positivo por ele desempenhado no pleito de 1974.

Nos últimos tempos a reação fascista assustou golpes profundos em nossa estrutura orgânica. Corca da metade dos membros do CC, entre efetivos e suplentes, foi encarcerada, barbaramente torturada, tendo havido muitos assassinatos. Inúmeros militantes, amigos e simpatizantes do partido estão permanentemente sob a mira da polícia, o que os impede de exercer atividades na organização clandestina do partido.

3. A situação atual do partido se deve a fatores objetivos e subjetivos. É uma situação que deve ser considerada, se desejamos nos pôr em condições de utilizar com prudência e racionalidade as reservas de que dispomos.

Assinalamos, em primeiro lugar, o regime fascista, com todo o seu cortejo de violências e terror, como o principal fator no agravamento das limitações que sofre hoje o povo brasileiro no plano das liber-

dades democráticas. Essas limitações, atualmente como no passado, muito vêm contribuindo para as dificuldades que sempre encontrou em todo o processo de formação de sua consciência política e elevação de seu nível organizativo, o povo brasileiro.

O partido, como parte de nosso povo, enraizado na realidade brasileira, não poderia ficar infenso a estas influências negativas.

Destacamos também o fato de que houve um aperfeiçoamento, uma mudança qualitativa no trabalho dos órgãos de repressão. E, ante isso, nossos métodos de trabalho e de organização, outrora suficientes se tornaram hoje obsoletos.

O nível do aparelho policial, é atualmente técnica e organicamente, muito mais eficiente que há dez anos atrás, e isso exige métodos técnicos de organização e de trabalho clandestino mais aperfeiçoados.

Enfrentamos agora não só a polícia brasileira, mas também organizações como a CIA, que assessoram, financiam e agem diretamente no país, aplicando a experiência acumulada na prática de crimes no Vietnã, Coreia, África do Sul, Oriente Próximo e Portugal. O inimigo conhece e aplica as mais modernas e sofisticadas técnicas de repressão, estudadas na RFA, USA, etc., sob a direção de organizações internacionais especializadas na repressão ao comunismo.

É preciso ainda assinalar que algumas debilidades, intrínsecas à nossa própria organização, permitiram a profundidade dos golpes sobre nós destechados. As dificuldades subjetivas e a repressão não devem, assim, servir de escudo à limitação da crítica.

Entre estas debilidades, destacamos as seguintes:

— *Subestimação das modificações qualitativas introduzidas na vida política brasileira, depois do golpe militar de 1964, e que abriram caminho à implantação do fascismo no país.*

Apesar de qualificarmos o atual regime político como fascista, em geral atuamos sem levar isso em conta.

Não fomos igualmente capazes de perceber o grau de aperfeiçoamento dos órgãos repressivos. Daí as vacilações para romper com a devida audácia e em tempo útil com certas formas orgânicas e estilos de trabalho consolidados por uma rotina criada em situação diferente, no passado. Trata-se nas condições atuais de criar novas formas de organização e trabalho adaptadas a um Partido que, a partir do golpe de 64, teve que trabalhar sob o terror fascista.

Não fizemos esforços para criar organismos de defesa indispensável à segurança da direção do partido e de seus quadros e militantes. Não cuidamos da educação ideológica e preparo dos quadros para

- A compreensão de nossos erros e dos caminhos para corrigi-los, é um processo contínuo.
- Atualmente, a política de organização está voltada para as tarefas do processo

uma atuação em condições cada vez mais duras.

— *Subestimação da necessidade e do papel do Partido como instrumento capaz de unificar a maioria do povo brasileiro contra o regime fascista, a fim de conseguir o isolamento e a derrota deste. E, assim, criar as condições básicas, não só para as grandes transformações exigidas pelo atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira, como também pela abertura do caminho para o socialismo.*

— *objetivo pelo qual lutam os comunistas. Não acompanhamos por isso mesmo, nossas ações políticas de maiores esforços para aperfeiçoar o partido como organização. Nem no que tange à quantidade e qualidade de sua militância; nem quanto ao preparo dos quadros política, teórica e praticamente capazes; e nem quanto ao aperfeiçoamento de seu trabalho de direção, com base num maior conhecimento da realidade brasileira e num planejamento realista e controle sistemático.*

No cumprimento das tarefas e decisões não temos demonstrado espírito de disciplina consciente, de entusiasmo revolucionário e de criatividade ao nível desejável. E ante o inimigo de classe, nem sempre temos dado prova da decisão e coragem que devem nos caracterizar.

— *Subestimação do papel das massas no processo revolucionário e, em primeiro lugar, da classe operária, o que se revela no pouco empenho em organizar a atividade política dos comunistas que atuam nas organizações de massa, como sindicatos, e outras organizações de trabalhadores, nas associações de bairro, nas escolas e universidades, nas associações culturais e desportivas. Isso nos impede de conhecer os problemas específicos das massas os mais sentidos, que afetam a vida do povo e de traçar uma política acertada para elas.*

— *Subestimação da solidariedade internacional ao nosso povo e ao nosso partido, que pode e deve ser desenvolvida pelos partidos irmãos, aliados e organizações democráticas internacionais e os povos de todo o mundo.*

4. As debilidades assinaladas e muitas outras revelam que, até agora, apesar dos esforços feitos neste sentido, o partido ainda não é orientado por uma firme ideologia proletária. A ideologia pequeno burguesa ainda persiste entre nós e, em diferentes momentos nos tem levado a posições de aventureirismo ou de liberalismo, golpistas ou de passividade. Isso tanto no

# C do Partido Comunista Brasileiro

... suas causas, assim como a busca dos  
... esse permanente...

... do partido, mais do que nunca, deve  
... esse revolucionário em curso.

terreno político, quanto no de organiza-  
ção.

Estas posições têm se manifestado nas  
idéias da revolução a curto prazo; da orga-  
nização para um dado momento, e não  
tendo em vista o processo revolucionário;  
na falta de previsão científica, tanto no que  
concerne ao planejamento, à organização  
da aplicação dos planos aprovados e o  
controle dos mesmos; na subestimação da  
criação de um partido que possa levar a  
cabo suas tarefas históricas com a maior  
economia possível de bens materiais e so-  
bretudo de vidas humanas; na subestima-  
ção do inimigo de classe.

Essa situação, determinada por inúmeros  
fatores de ordem objetiva, se agrava  
enormemente por nosso desligamento da  
classe operária, única força capaz de diri-  
gir consequentemente o processo revolu-  
cionário em nossa pátria.

5. A compreensão de nossos erros e de  
nossas causas, assim como a busca dos ca-  
minhos para corrigi-los, é um processo  
permanente, no qual devem se empenhar  
não apenas a direção central do partido,  
mas todos os seus quadros, dirigentes e  
militantes, que devem contribuir com seus  
conhecimentos e experiência para o êxito  
desta tarefa. Inegavelmente, se trata de  
uma tarefa difícil, que exige um esforço  
coletivo de elaboração, de caráter perma-  
nente, uma vez que tantos fatores histó-  
ricos como sociais, da formação da socie-  
dade brasileira exercem influência na for-  
mação e desenvolvimento do partido. Por  
isso mesmo, devem ser estudados e pes-  
quisados.

Este trabalho não deve estar desvincu-  
lado da rica experiência acumulada por  
nosso partido em 54 anos de luta revolu-  
cionária, de esforços pela assimilação da  
experiência dos partidos irmãos, do estudo  
permanente do marxismo-leninismo.  
Sem isso, qualquer tentativa autocrítica es-  
taria fadada ao fracasso.

6. Atualmente, a política de organiza-  
ção do partido, mais do que nunca, deve  
estar voltada para as tarefas do processo  
revolucionário em curso. A estrutura orgâ-  
nica do partido, inclusive a estrutura de  
sua direção, deve estar colocada em fun-  
ção das tarefas concretas de cada mo-  
mento. Ao mesmo tempo, não se pode  
perder de vista o fato de que a tarefa prin-  
cipal de nosso partido é conduzir a luta re-  
volucionária até seu objetivo final: a toma-  
da do poder pelo proletariado, a implanta-  
ção de sua ditadura de classe e, conse-  
quentemente, do socialismo no Brasil.

É, portanto, em função das tarefas po-

líticas e de organização do momento  
atual, assim como de seu desenvolvimento  
posterior, que devemos adotar as medidas  
que emanam das conclusões políticas a  
que o CC chegou nesta reunião.

7. Vivemos hoje uma situação exce-  
pcional. Paralelamente à brutal repressão  
que se abateu sobre nós, desenvolve-se  
no país um movimento de massas de opo-  
sição à ditadura, que se manifesta pelas  
mais diferentes formas, envolvendo mil-  
hões de brasileiros, de todas as classes e  
camadas sociais, como ficou demonstrado  
nas eleições de 74. Isso também se reve-  
lou nas recentes manifestações de protes-  
to contra as torturas e o assassinato de  
comunistas, democratas e patriotas, no  
câncer da reação.

É nesta situação objetiva que o partido  
pode e deve atuar, não obstante as difí-  
ceis condições em que nos encontramos.

A justa combinação do trabalho legal  
com o ilegal, que nem sempre tem sido  
observada por nós, deve ser uma de nos-  
sas principais preocupações, a partir de a-  
gora.

Mais do que nunca é atual o princípio  
do marxismo-leninismo, segundo o qual,

## Linhas de ação do partido no momento atual

1. Assegurar, por todos os meios pos-  
síveis, a orientação política do partido nas  
organizações de massa em que temos in-  
fluência, principalmente às da classe ope-  
rária — de jovens e mulheres. Neste sentido,  
desenvolver esforços junto a todas as or-  
ganizações e personalidades políticas, reli-  
giosas e culturais que possam participar  
da luta antifascista, em maior ou menor  
medida.

A ditadura fascista quer evitar, por  
meio da violência a mais brutal, que a o-  
rientação política do partido chegue ao  
povo brasileiro. É nosso dever impedir que  
isso aconteça.

2. Determinar que a reorganização do  
trabalho da direção e do partido esteja vo-  
ltado para o interior do país. Neste proces-  
so de reorganização, o centro da atividade  
recairá, prioritariamente, na construção do  
partido nas grandes empresas.

Devemos organizar os comunistas que  
vivem no exterior, de acordo com os prin-  
cípios de organização de nosso partido.

Ainda como elemento importante de  
nossa política de organização, devemos in-  
iciar um trabalho planejado de forma-  
ção de quadros marxistas-leninistas, a fim  
de que possamos, num futuro não muito  
distante, passar a conhecer melhor a rea-  
lidade brasileira e aplicar correta e criada-  
mente o marxismo-leninismo.

É um dos pontos importantes de nossa

política de organização este trabalho ideoló-  
gico. Visa também combater os erros e  
desvios por nós constatados, tais como: a  
concepção errônea do papel da classe ope-  
rária na revolução; a subestimação do  
partido, o não vê-lo como um partido ope-  
rário por sua essência, indispensável à rea-  
lização da ligação da teoria do comunismo  
científico com o movimento espontâneo  
da classe operária.

3. Nossa política no continente: organi-  
zar nossa atuação no continente, junto  
aos partidos irmãos e as organizações de-  
mocráticas e patrióticas, com o objetivo  
de contribuir para a unidade de ação dos  
povos dos países irmãos, na luta contra o  
imperialismo norte-americano e sua ponta-  
de-lança no continente, a ditadura fascista  
do Brasil.

4. Solidariedade internacional. Desen-  
volver a luta pela intensificação da solida-  
riedade internacional, em todas as regiões  
do mundo, visando criar, também no exte-  
rior um grande movimento de opinião pú-  
blica mundial contra o fascismo no Brasil.  
Este trabalho deve estar voltado para os  
partidos irmãos e organizações de massa  
de âmbito internacional.

5. A segurança do partido e da sua dire-  
ção necessita ser garantida, nas circuns-  
tâncias atuais. É para isso existem condi-  
ções: Os militantes comunistas devem a-  
tuar estreitamente ligados às massas. So-  
mente assim os golpes da reação poderão  
ser neutralizados.

6. São grandes as dificuldades que o  
partido enfrenta no momento atual. Entre-  
tanto, contando com a combatividade de  
nossos militantes, com a solidariedade do  
Movimento Comunista Internacional, de-  
fendendo e reforçando cada vez mais a u-  
nidade em torno da orientação política do  
VI Congresso e da direção do Partido po-  
deremos cumprir com êxito as tarefas a  
que nos propomos.

O Comitê Central do  
Partido Comunista Brasileiro

Dezembro de 1975

# Questões sobre o capitalismo monopolista de estado no Brasil

Trechos de  
um artigo de Rogério Freitas publicado  
na Revista Internacional nº 4, abril 1976

Nos últimos anos, a teoria marxista leninista foi enriquecida com numerosos estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado (CME), principalmente no que diz respeito aos países capitalistas altamente desenvolvidos. Há no entanto um novo aspecto do tema: o CME nos países de nível médio de desenvolvimento capitalista, dos quais o Brasil é um exemplo interessante. Como nos países capitalistas altamente desenvolvidos, em sua estrutura sócio-econômica dominam as relações capitalistas de produção mas, ao mesmo tempo, como nos países atrasados, estão presentes a dependência do imperialismo e a manutenção de vestígios das relações de produção pré-capitalistas. Portanto, consideramos que o Brasil ocupa uma posição intermediária entre os países altamente desenvolvidos e os países atrasados.

Para responder à pergunta se existe capitalismo monopolista de Estado no Brasil é importante analisar, em primeiro lugar, alguns de seus aspectos gerais.

O acelerado desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil, acompanhado de um processo de concentração da produção e de capital, levou à formação de monopólios nacionais. A fusão do capital monopolista industrial com o capital monopolista bancário levou ao surgimento do capital financeiro e, com ele, dos grupos financeiros, como Vidigal, Antunes, Villares, Itaú, Peixoto de Castro, Ermírio de Moraes, Matarazzo, que desempenham um importante papel na economia nacional.

Ao destacar a formação de monopólios e do capital financeiro no Brasil é necessário ressaltar que isto não somente não exclui, mas pressupõe a existência de um vasto setor não monopolista na economia. As pequenas e médias empresas tendem a desaparecer, mas, em compensação, o próprio aumento das grandes empresas cria as condições para o surgimento de novas pequenas e médias empresas. Este é o caso, por exemplo, da indústria de autopeças para o mercado de reposição de peças de modelos antigos.

O Estado desempenhou um importante papel na monopolização da economia. Nas condições brasileiras teve lugar uma certa coincidência de três processos: o da industrialização capitalista, o da estatização crescente da economia e o da monopolização do capital. A burguesia brasileira, tendo de enfrentar a competição do capital estrangeiro, recorre a crescentes intervenções do Estado como meio de acelerar o processo de monopolização.

Após o golpe reacionário de 1964, as mudanças porque passa o Estado brasileiro tendem a aumentar a todo custo as taxas de acumulação. Para isto, utilizam duas fontes principais: os «recursos internos» (intensificação da exploração das amplas massas populares) e os capitais vindos do exterior. O conteúdo da nova política econômica do Estado brasileiro, seu «modelo de desenvolvimento», consiste, de um lado, nas medidas drásticas de contenção salarial, na intensificação do trabalho e no aumento acentuado dos impostos indiretos e nos diversos tipos de poupança forçada que asseguram a redução dos índices inflacionários; e, de outro lado, na crescente atração do capital estrangeiro, concedendo-lhe todo tipo de incentivos, etc.

Uma das características do Estado brasileiro, posterior ao golpe de 1964, é a preocupação cada vez mais acentuada em elaborar, junto com os monopólios, uma «estratégia econômica global», uma «planificação global». Deste modo, foram elaborados os ambiciosos «Objetivos Nacionais Permanentes» e definido um «Objetivo-síntese», que consiste no «ingresso do Brasil no mundo desenvolvido» antes do fim do século e na sua transformação em «grande potência». Atualmente já é possível comprovar a existência de todo um sistema hierarquizado de planos nacionais, setoriais e regionais, etc. subordinados à estratégia econômica global dos monopólios. Na estrutura administrativa do Estado foram realizadas importantes transformações. Foram criadas a Secretaria de Planificação da Presidência da República, e uma série de outros órgãos afins, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico (espécie de Estado Maior do desenvolvimento econômico), o Conselho de Desenvolvimento Social, o Conselho Interministerial de Preços, o Conselho Monetário Nacional, e outros. O objetivo principal desta estratégia consiste em assegurar um acelerado desenvolvimento do capitalismo em favor dos monopólios.

O exame da atual estrutura das inversões estatais revela tanto uma sua acentuada ampliação, como também seu caráter novo. Segundo fontes oficiais, ao setor estatal (inversões diretas do governo e das empresas estatais em 1969 correspondeu mais de 60% das inversões diretas. Entre os países capitalistas, o Brasil ocupa uma posição de destaque pela importância das inversões estatais que se fazem principalmente em minas, siderurgia e petroquímica, assim como na infra-estrutura. As inversões estatais estão concentradas em alguns setores estratégicos da economia que exigem grandes investimentos a longo prazo. Sendo pouco lucrati-

vos, não interessam ao capital estrangeiro e são inacessíveis ao capital privado nacional.

Nos últimos anos, também ocorreram notáveis modificações na política monetária e tributária do Governo, no financiamento público, no mercado estatal, na política agrária do Governo, na política em relação às pequenas e médias empresas e na regulamentação jurídica das relações entre patrões e empregados. O comum a todos esses aspectos da atividade estatal é que o Estado passou a ser um instrumento essencialmente a serviço dos monopólios. Portanto, é possível concluir que o Estado, no Brasil, não é somente o intérprete dos interesses de classe de um setor da burguesia — a oligarquia financeira — mas que ocorreu a fusão do poder dos monopólios e do Estado em um mecanismo único de dominação, dando início à formação do CME no país. O capitalismo monopolista de Estado que se formou no Brasil, não se distingue, quanto à sua essência, do fenômeno conhecido em outros países. Ao mesmo tempo, o CME no Brasil possui uma série de peculiaridades.

A especificidade do CME no Brasil consiste na união de três forças: os monopólios nacionais, o Estado e o capital financeiro estrangeiro.

O capital estrangeiro está presente em todos os ramos da economia nacional, concentrando-se na indústria, principalmente em seu setor mais rentável. Mas não está somente presente nos ramos «dinâmicos», como também ocupa, nesses, as posições chave, decisivas (veículos e auto-peças; produtos de borracha e elétricos; química, mecânica, metalúrgica, etc.). Em 1972, entre as 377 maiores empresas industriais do país, aos monopólios internacionais correspondia 38% do capital total, enquanto aos nacionais, setores privados e estatais correspondia 30 e 32% respectivamente.

A localização no país de importantes inversões estrangeiras permite tirar a conclusão que o imperialismo deixou de ser apenas um agente de dominação externa e que as filiais dos monopólios estrangeiros tornaram-se parte integrante da estrutura sócio-econômica do país. Como assinala já em fins dos anos 50 o economista Aristóteles Moura (*Capitais estrangeiros no Brasil*, São Paulo, 1959), as empresas norte-americanas no Brasil constituem um poderoso sistema, que lhes permite orientar o desenvolvimento econômico da nação, intrometer-se em seus assuntos internos e pressionar de forma efetiva o Governo em seu próprio interesse.

Trata-se, portanto, de um CME dependente, através do qual os monopólios estrangeiros exercem seu domínio na economia e em outros importantes setores da

vida nacional. Houve a interpenetração do Estado e dos monopólios nacionais e imperialistas.

A peculiaridade do CME no Brasil se manifesta também nas particularidades da estrutura da oligarquia financeira, na qual podemos destacar três setores: os representantes da oligarquia financeira estrangeira que atuam no país; a oligarquia brasileira propriamente dita, os tecnocratas e gerentes do Estado. O setor dominante é constituído pelos representantes da oligarquia financeira estrangeira. A própria estrutura da oligarquia financeira do nosso país é a personificação do caráter dependente do CME.

A oligarquia nacional, os grupos financeiros, «estão associados» aos monopólios estrangeiros, subordinados a eles como socios menores, o que não exclui a existência de contradições de maior ou menor grau entre os grupos nacionais e estrangeiros, nem impede que os monopólios nacionais tentem utilizar o Estado em defesa de seus apetites imperialistas e expansionistas e mesmo alimentar ilusões quanto à possibilidade de controlar em certa medida o capital estrangeiro.

Também o latifúndio está subordinado e incluído no sistema do CME. O capitalismo avança no campo brasileiro sem liquidar o monopólio da grande propriedade privada da terra e mantendo em grande parte reminiscências das relações pré-capitalistas de produção. Ao lado da transformação das grandes fazendas em empresas de tipo capitalista, tem lugar a subordinação e a inclusão do latifúndio tradicional no sistema do CME, do qual passa a ser parte integrante. Esta é uma peculiaridade importante do CME no Brasil.

A passagem ao capitalismo monopolista de Estado, na situação do Brasil, foi acompanhada também pela introdução de métodos fascistas e nisto vemos uma de suas particularidades mais importantes.

O golpe de 1964, foi a resposta contra-revolucionária à extrema intensificação das contradições capitalistas no nosso país. As forças revolucionárias não foram capazes de impor uma solução revolucionária. Ganhou a reação. Como em outros países, o fascismo no Brasil emergiu de uma situação de crise profunda da sociedade.

A vitória do fascismo relevou ao mesmo tempo a força e a debilidade do movimento operário no nosso país. A força, porque foi o temor às lutas da classe operária, que estavam em ascensão, que levou os monopólios a recorrer ao golpe e à implantação gradual do fascismo. A debilidade, porque a classe operária e seus aliados não conseguiram deter o avanço do fascismo.

O regime fascista de 1964 abriu o caminho para a instalação do CME no Brasil. Como consequência da fascistização, o Estado converteu-se na forma política de implantação e domínio do CME.

O fascismo brasileiro, como forma específica do CME, não pode ser entendido

*continua na pg. 8*

## Por uma frente Patriótica e antifascista

Na resolução política aprovada durante a última reunião do Comitê Central do nosso Partido em dezembro de 1975 e publicada no último número de Voz Operária (abril 1976) foram dadas as linhas gerais para uma análise da situação política do nosso país dentro da atual correlação de forças, bem como a direção possível para a qual esta situação caminha.

«Atualmente, o traço principal da situação nacional está no surgimento e desenvolvimento de um amplo movimento de opinião pública contra a ditadura e no fortalecimento da oposição ao regime fascista». Não ainda uma Frente, mas a identificação na realidade de nosso país de um movimento de opinião pública que pode levar à sua formação. Os elementos da realidade que motivam este movimento são inúmeros, tantos quantos são os aspectos repugnantes da ditadura. Muitos chegam a ele pela situação de miséria efetiva ou tendencial em que se encontram; muitíssimos outros pelo desejo de organizar-se ou manifestar-se livre e democraticamente; outros porque se sentem enojados diante das sistemáticas violações dos Direitos do Homem, ou pela situação de miséria em que é obrigado a viver o nosso povo; alguns pelo aspecto antinacional da ditadura; outros ainda simplesmente por uma questão de dignidade e de honra, diante da corrupção e da inversão de valores que coloca crápulas como Fleury ou Imbecil como José Bonifácio — para não falar dos militares fascistas que são uma síntese dos dois — na crista da onda da nação.

De qualquer maneira e qualquer que seja a motivação, a tendência de toda esta gente será consubstanciar o protesto votando na oposição. Daí a importância da luta dos comunistas, mas não somente dos comunistas (esta é uma luta de todo antifascista) pela manutenção do calendário eleitoral. Pois é na luta pelas eleições e na campanha eleitoral que surgirão oportunidades novas de estreitar alianças e ampliar o movimento antifascista em torno de um programa democrático ou mesmo de alguns itens desse programa.

De um lado temos portanto a luta pela acumulação de forças em favor da democracia. De outro lado, e a resolução política do Comitê Central chama a atenção para este fato, existem as inúmeras manobras de Geisel para dividir a oposição e acumular forças que permitam institucionalizar o fascismo. Mas a consciência deste fato não está presente somente nos comunistas, pois vários políticos da oposição, intelectuais e movimento estudantil, etc. já afirmaram que o AI-5 (Decreto 477 para os estudantes) está no centro da vida política do país.

Se observarmos o caráter das últimas manobras de Geisel, vemos que também o governo não somente está ciente mas faz

de tudo para deslocar o eixo desta contradição tentando impedir o debate do aspecto político da crise brasileira. Estaria assim se delineando melhor a tentativa da ditadura de estabelecer uma diferenciação entre «oposição» e «contestação». Oposição significaria «contestar» alguns aspectos econômicos e sociais da política global da ditadura e «contestação» significaria oposição ao aspecto político (fascista) assumido pela ditadura. Como se fosse possível separar aspectos que na realidade concreta são inseparáveis, ou melhor, que fazem parte de uma mesma e única realidade.

Assim, o arrôcho salarial — pedra angular da política econômica da ditadura — somente é possível nos quadros de uma ditadura fascista que combina a repressão aberta e terrorista (prisões, assassinatos, etc.) com a repressão jurídica (lei antigreve, controle sindical, ilegalidade do Partido da classe operária, etc.). Do mesmo modo, a linha antinacional seguida pela ditadura não depende de nenhum fatalismo histórico e muito menos geográfico (colocação do Brasil no Ocidente) das concepções geopolíticas, mas depende da vontade política dos atuais dirigentes do país de estreitar alianças com as burguesias monopolistas dos países imperialistas, principalmente com aquelas dos Estados Unidos. E a política salarial se combina com aquela antinacional quando a ditadura oferece ao capital estrangeiro a mão-de-obra brasileira, «abundante e barata».

Mas a tentativa de separar arbitrariamente os aspectos (políticos, econômicos e sociais) de uma mesma realidade significa mais uma manobra política da ditadura. Porque na atual correlação de forças opor-se ao aspecto político significa opor-se ao AI-5 e opor-se ao AI-5 significa ser antifascista. E é justamente esta tomada de posição antifascista que a ditadura pretende caracterizar de comunista, como se o fascismo fosse somente anticomunista. O fascismo é sobretudo antipopular e antidemocrático e no Brasil também antinacional. Se não fosse assim não se explicariam as cassações dos mandatos de vários parlamentares do MDB, a prisão e tortura de vários elementos inscritos em suas fileiras, a prisão e tortura de operários e camponeses católicos, de estudantes, intelectuais e militares democráticos, etc.

Ser antifascista não é um privilégio da classe operária e muito menos do Partido Comunista. Ser antifascista significa assumir uma posição de defesa das liberdades democráticas, o que quer dizer participação de milhões de homens e mulheres, independentemente da posição que ocupam na produção e da ideologia que professam (naturalmente excusada aquela fas-

**Inácio Pereira**

*continua na pg. 8*

continuação da pg. 1

tre os monopolistas internacionais e nacionais, entre os exploradores de nosso povo e as Forças Armadas, postas no papel de guardiãs fascistas dos lucros monopolistas. O Estado brasileiro, a ditadura militar-fascista, assentados nesta «doutrina», é o sistema terrorista de dominação e opressão do povo brasileiro por esses «produtores», um pequeno punhado de oligarcas financeiros, nacionais e internacionais associados, e «integrados» com as Forças Armadas para explorar, oprimir e saquear o país, inclusive pelo terror aberto, e de modo a que os exploradores tenham «tranquilidade». Não é por acaso que os generais, depois de retirados, de concluírem sua função de verdugos fascistas, são integrados na direção dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros.

Mas, nesta relação de «produtores», há alguém que manda: O general esclarece: «quando se fala em máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança está-se querendo dizer que o desenvolvimento e a segurança estão mais ou menos no mesmo nível, mas o desenvolvimento (i.e., os monopolistas) predominando sobre a necessidade de segurança».

A vantagem do general é que fala claro. Dêse modo, fica explicado qual é o papel das Forças Armadas «na ocupação dos vazios do território nacional»: garantir a apropriação pelos monopólios das jazidas de minérios, das fontes de matérias-primas, das reservas florestais e de vastíssimos latifúndios, expulsando, dizimando, roubando, espingardeando os «posseiros» e os índios. Da mesma forma se explica porque a produção e pesquisa realizadas

por técnicos das Forças Armadas, de processos e modelos novos, com recursos do povo, são entregues, gratuitamente, aos monopólios privados para exploração.

E é isto, sobretudo, que explica a cassação de mandatos, as mudanças nas «regras do jogo» para as eleições de novembro, as torturas, os sequestros, os assassinatos de presos políticos, o recrudescimento atual da repressão, a legislação de excessão, a censura à imprensa e aos intelectuais, enfim, o fascismo. Trata-se de fazer refluir, dividir, aterrorizar o movimento patriótico antifascista, inclusive pelas mãos — distensionistas». Trata-se de garantir a real produção do binômio: o capitalismo monopolista de estado, dependente do imperialismo e integrador do latifúndio, fascista, quer dizer, a exploração, a opressão e a miséria mais brutais de nosso povo pela ditadura aberta, terrorista, de um pequeno punhado de oligarcas financeiros nacionais e internacionais associados, entrelaçados com a oligarquia latifundiária, e integrados com os mecanismos do Estado monopolista, em particular, com os das Forças Armadas fascitizadas.

Da conversa do general, entretanto, se compreende também mais claramente a tarefa dos verdadeiros produtores de desenvolvimento e segurança, de democracia, de independência: desenvolver, fortalecer, unir, organizar e mobilizar o movimento patriótico antifascista, principalmente a classe operária, em torno à sua plataforma geral, e trabalhar para estruturá-lo numa grande e ampla Frente, capaz de liquidar com esta integração, com o fascismo.

E se deve fazê-lo compreendendo que

o processo político atualmente em curso, suas conjunturas, suas formas, seu conteúdo, a disposição de forças é determinado, imediatamente pela luta entre a ditadura, com seus métodos políticos «distensionistas» e terroristas, como dois aspectos inseparáveis de uma só política, e o movimento patriótico e antifascista (o qual se desenvolve, principalmente, agora, no combate pelas liberdades democráticas, contra a legislação de excessão e contra o terror fascista).

A defesa, portanto, de cada uma das posições alcançadas pelo movimento patriótico antifascista, a ação consequente para uni-lo mais, organizá-lo e mobilizá-lo, o desenvolvimento de suas reivindicações e de sua plataforma, por todas as formas, ao alcance da experiência política das massas, ocupam o centro de nossa atividade política agora, pois é isto que poderá levar à Frente Patriótica Antifascista. Daí, também, a importância da luta pela realização das eleições e contra todas as manobras da ditadura para impedi-las ou torná-las ainda mais limitadas e anódinas do que serão. Daí, a importância de utilizar as eleições para reforçar e fazer avançar o movimento antifascista, para derrotar a ditadura.

Entretanto, a tarefa dos verdadeiros produtores de desenvolvimento e segurança, de democracia, de independência, vai ficando mais clara: desenvolver, fortalecer, unir, organizar e mobilizar o movimento patriótico e antifascista, principalmente a classe operária, pela democracia política, pelos interesses nacionais e das massas, e estruturá-lo numa grande e ampla Frente capaz de liquidar com esta integração, com o fascismo.

continuação da pg. 7

cista), quer estejam fardados, uzem ba-tinas ou estejam à paisana.

É lógico que a classe operária é a única classe que é antifascista até às últimas consequências, porque é a única classe que para desenvolver-se no plano político, cultural e social, precisa de liberdade e de democracia. Mas a grande lição do antifascismo espanhol nos dias atuais é a consciência por ele atingida de que uma legislação que coloque fora de lei um único partido abre também as portas, cria o pressuposto, para a cassação de todos os outros. Por isso, a luta pela democracia no Brasil deve ser uma luta pela liberdade de expressão política para todas as classes e camadas de classe, inclusive para a classe operária e portanto para o Partido Comunista.

Os comunistas não alimentam nenhuma ilusão quanto ao caráter das eleições; seus resultados, ainda que expressem uma vontade coletiva de democracia, o que significará mais uma derrota da ditadura, dentro da atual correlação de forças certamente não levará à derrubada do fascis-

mo. Para nós comunistas, o processo eleitoral é importante na medida em que ele possibilita estreitar alianças e acumular forças em prol da bandeira da democracia, em um processo contínuo, ainda que contraditório, em direção à formação de uma ampla Frente Patriótica e antifascista. Somente a formação desta Frente possibilitará uma mudança decisiva na correlação de forças em favor da democracia, porque ela será a expressão politicamente organizada de todas as forças vivas da nação. E nunca é demais insistir que a causa da democracia, da independência e da dignidade da Nação envolve operários e camponeses, comunistas, MDB, Igrejas, militares, estudantes, intelectuais, etc.

A formação da Frente Patriótica e Antifascista, será somente a concretização programática de uma situação de fato: a ditadura militar-fascista não possui nenhuma força moral para governar o país. Seu poder vem da força das armas e a ela devemos contrapor a força organizada de toda a Nação. A ela devemos contrapor a Frente Patriótica e Antifascista.

continuação da pg. 7

senão no contexto do desenvolvimento capitalista do nosso país. Como já sublinhamos, o Brasil pode ser caracterizado como um país de nível médio de desenvolvimento capitalista. Nestas circunstâncias, o êxito da passagem ao CME somente podia ocorrer através de uma política extremamente agressiva de exploração das grandes massas assalariadas e expropriação de vastos setores não monopolistas da burguesia. Somente um regime de tipo fascista era capaz de conter o movimento de massa e reduzir o nível bastante elevado da luta de classes contra a desenfreada exploração dos monopólios.

O fascismo no Brasil é essencialmente um fenômeno análogo ao conhecido nos países da Europa. Trata-se de uma ditadura terrorista do capital financeiro, uma das formas que pode assumir o CME como sistema de dominação do capital financeiro, que engloba não só a economia, mas também os aspectos da vida social, política e ideológica. Nas condições do Brasil, é uma ditadura fundamentalmente a serviço do capital financeiro estrangeiro.